Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Hospital Geral de Itaquaquecetuba - Casa de Saúde Santa Marcelina

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina de Itaquaquecetuba

CNPJ 60.742.616/0007-55 **CREMESP nº 31745**

Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Balanço Patrimonial em - Em reais

Ativo	**2016**	**2015**	**Passivo**	**2016**	**2015**
Circulante	**1.287.870**	**3.086.646**	**Circulante**	**24.233.851**	**20.358.953**
Disponibilidades (nota nº 4)	500.509	2.205.367	Fornecedores	3.080.101	1.896.295
Contas a Receber	26.056	27.099	Obrigações trabalhistas	3.765.502	3.675.658
Adiantamentos a funcionários	15.716	7.587	Obrigações sociais (nota nº 8a)	1.090.674	941.215
Estoques (nota nº 5)	673.896	774.526	Obrigações tributárias (nota nº 8b)	1.705.562	1.360.519
Despesas Antecipadas	58.548	58.922	Verbas e subvenções (nota nº 10)	3.028.065	3.261.352
Outros Créditos	13.145	13.145	Férias e encargos	8.188.818	7.304.777
Não Circulante (nota nº 7)	**7.596.101**	**6.678.836**	Contas a pagar serviços terceiros	1.925.832	972.037
Depósitos Judiciais	7.292.717	6.563.495	Provisão para processos judiciais (nota nº 9)	1.449.297	947.100
Impostos a restituir	303.384	115.341	**Não Circulante**	**9.458.575**	**8.065.102**
Permanente	**6.618.750**	**7.449.636**	Provisão para processos judiciais (nota nº 9)	2.160.860	1.408.900
Imobilizado (nota nº 6)	6.618.750	7.449.401	Depósitos Judiciais (nota nº 7)	7.297.715	6.656.202
Intangível	-	235	Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	(18.189.705)	(11.208.937)
Total do Ativo	**15.502.721**	**17.215.118**	**Total do Passivo**	**15.502.721**	**17.215.118**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício - Em reais

Patrimônio social	**2016**	**2015**
No início do exercício	(11.208.937)	**(9.133.677)**
Déficit do exercício	(6.980.768)	(2.075.260)
No final do exercício	**(18.189.705)**	**(11.208.937)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 - Em reais

1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina de Itaquaquecetuba tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral de Itaquaquecetuba, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo, em 16 de dezembro de 2.011, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde regida pela Lei Complementar nº 846 de 04 de junho de 1.998. **b. Áreas de atuação:** A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e; 4. De ensino e pesquisa. **c. Da manutenção:** O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, donativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas. O resultado econômico que conseguir dos serviços que presta será aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde. **d. Da organização:** A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Administração Hospitalar; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. **2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 17/01/2017.De acordo com as exigências de divulgação contidas nos Pronunciamentos do CPC a Diretoria declara que somente foram divulgadas as informações que acredita ser relevantes. **2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. **a. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das subvenções, outras receitas e despesas é o de competência. As doações são apropriadas ao resultado quando recebidas; **b. Aplicações financeiras:** São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; **c. Ativo circulante e não circulante:** Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; **d. Ativo imobilizado:** Composto dos bens recebidos com Permissão de Uso do Governo do Estado de São Paulo por força do convênio firmado e dos bens próprios, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil; **e. Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; **f. Férias a pagar e encargos:** Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; **g. Contribuição ao INSS e impostos:** Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. **h. Verbas para investimentos:** Classificados no passivo e reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário para confronto com as despesas correspondentes.A subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. **i. Uso de estimativa:** A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. **3. Demonstrativo de Produção (não auditado): Relatório de Execução do Contrato de Gestão**

Item	**Meta**	**Produção**	**Variação**	**Produção 2014**
Total Saídas - Internações SUS	12.576	13.776	9,54%	13.289
Nº de Saídas Clínicas	8.112	9.408	15,98%	8.996
Nº de Saídas Cirúrgicas	4.464	4.368	-2,15%	4.293
Nº de Consultas Ambulatoriais	32.676	31.520	-3,54%	29.988
Nº de Atendimentos de Urgência	54.000	56.933	5,43%	87.191
Nº de Atividades SADT	17.040	17.618	3,39%	18.358
Hemodiálise*	19.004	15.891	-16,38%	1.083

*Serviço iniciou a produção no mês de setembro/2015. **Outras Informações**

Item	**2016**	**2015**
Nº de Leitos - Média	247	247
Taxa de Ocupação - Média	106,87%	106,28%
Permanência - Média	6,98	7,21
Nº de Partos Realizados	4.286	4.191

O Hospital Geral"Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba atende integralmente e sem distinção a toda população gratuitamente. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representadas substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

Descrição	**2016**	**2015**
Fundo fixo	2.500	2.500
Bancos conta movimento	-	364
Subtotal	**2.500**	**2.864**
Aplicações financeiras	498.009	2.202.503
Total	**500.509**	**2.205.367**

5. Estoques: Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:

Descrição	**2016**	**2015**
Drogas e medicamentos	180.529	330.511
Consumo hospitalar	155.848	221.373
Fios cirúrgicos	22.300	18.629
Banco de Sangue	2.100	4.492
Órteses e próteses	23.347	14.335
Demais estoques	289.772	185.186
Total	**673.896**	**774.526**

6. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.

Descrição	**Taxas anuais de depreciação**	**2016 Custo corrigido**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**2015 Líquido**
Bens de Uso					
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10%	6.475.967	(4.219.577)	2.256.390	2.785.386
Móveis e utensílios	10%	917.856	(559.946)	357.910	424.491
Máquinas e equipamentos	10%	1.747.933	(993.242)	754.691	891.379
Veículos	20%	208.166	(186.786)	21.380	25.143
Instalações	10%	96.552	(77.396)	19.156	31.941
Equipamentos de informática	20%	627.536	(564.168)	63.368	68.690
Subtotal		**10.074.010**	**(6.601.115)**	**3.472.895**	**4.227.030**
Imóveis					
Benfeitorias em Imóveis	4%	1.587.069	(70.202)	1.516.867	1.118.205
Edificações	4%	1.625.226	(641.235)	983.991	1.048.998
Terrenos		644.997	-	644.997	644.997
Subtotal		**3.857.293**	**(711.438)**	**3.145.855**	**2.812.200**
Imobilizado em Andamento		**-**	**-**	**-**	**410.171**
Total imobilizado líquido		**13.931.302**	**(7.312.552)**	**6.618.750**	**7.449.401**

As benfeitorias em imóveis referem-se as construções e instalações em terrenos do próprio governo do estado e depreciados linearmente a razão de 4% ao ano. A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2016	**2015**
Saldos no início do exercício	**7.449.401**	**7.987.821**
Adições		
Aparelhos médicos e cirúrgicos	73.849	140.306
Móveis e utensílios	21.274	43.442
Máquinas e equipamentos	38.361	112.120
Equipamentos de informática	15.422	2.580
Imobilizado em andamento	457.570	516.419
Baixas líquidas	(410.171)	(365.273)
Depreciações	(1.026.956)	(988.014)
Saldos no fim do exercício	**6.618.750**	**7.449.401**

7. Depósitos Judiciais: Em 31 de dezembro os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade e os impostos a recuperar, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	**2016**	**2015**
Depósitos Judiciais - PIS	7.292.717	6.563.495
Outros Depósitos Judiciais	303.384	30.916
Subtotal	**7.596.101**	**6.594.411**
CSLL, IR, PIS a restituir (*)	-	84.425
Total	**7.596.101**	**6.678.836**

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação. O Saldo no passivo não circulante em 31/12/2016 é de R$ 7.292.717. *(*) Refere-se a impostos descontados indevidamente pelo SUS, e que se espera recuperar em razão da isenção gozada pela entidade mantenedora.*

8. Impostos e Contribuições: (a) Obrigações Sociais

Descrição	**2016**	**2015**
INSS a recolher	385.742	320.539
FGTS a pagar	624.139	570.701
PIS sobre folha a recolher	76.815	49.975
Outras Obrigações	3.978	-
Total	**1.090.674**	**941.215**

O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação.

(b) Obrigações tributárias

Descrição	**2016**	**2015**
IRRF a recolher	1.312.720	1.196.064
Outras retenções de terceiros	392.842	164.455
Total	**1.705.562**	**1.360.519**

9. Provisão para Contingências: A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.

Descrição	**2016**	**2015**
Reclamações trabalhistas	1.449.297	848.000
Processos cíveis	-	99.100
Contingências no passivo circulante	**1.449.297**	**947.100**
Reclamações trabalhistas	1.239.207	762.000
Processos cíveis	921.653	646.900
Contingências no longo prazo	**2.160.860**	**1.408.900**
Total	**3.610.157**	**2.356.000**

10. Verbas e Subvenções: Refere-se a recursos recebidos para investimentos como segue:

Descrição	**2016**	**2015**
Verbas a aplicar [a]	239.849	79.789
Verbas aplicadas [b]	5.543.466	5.539.917
Subtotal	**5.783.315**	**5.619.706**
Contrapartida Receitas	(2.755.250)	(2.358.354)
Total da conta	**3.028.065**	**3.261.352**

(a) Verbas de investimentos a aplicar. (b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita esta sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. **11. Isenções Previdenciárias Usufruídas:** Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei n.º 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício:

Demonstração do Resultado do Exercício - Em reais

	2016	**2015**
Receitas Operacionais Brutas	**118.417.336**	**108.279.365**
Receitas de atividades assistenciais	116.190.755	107.272.016
Com assistência médica hospitalar(nota nº13a)	116.190.755	107.272.016
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	**2.226.581**	**1.007.349**
Com doações (nota nº 15)	861	6.999
Financeiras deduzidas das despesas (nota nº 16)	693.153	204.965
Verbas de investimentos	393.347	377.762
Outras receitas	1.139.220	417.623
Despesas Operacionais	**125.398.104**	**110.354.625**
Despesas com atividades assistenciais	125.398.104	110.354.625
Despesas com pessoal	80.430.522	70.271.329
Despesas administrativas e gerais	6.477.777	4.984.777
Serviços prestados por terceiros	19.416.313	18.434.429
Medicamentos e materiais	18.041.094	15.652.764
Depreciação / amortização	1.027.191	997.185
Impostos e taxas	5.207	14.141
Déficit do Exercício	**(6.980.768)**	**(2.075.260)**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado - Em reais

	2016	**2015**
Receitas Operacionais Brutas	**117.724.183**	**108.074.400**
Com assistência médica hospitalar	116.190.755	107.272.016
Com doações, verbas e outras	1.533.428	802.384
Insumos Adquiridos de Terceiros	**43.678.964**	**38.521.710**
Materiais consumidos	18.041.094	15.652.764
Serviço de terceiros e outros	25.637.870	22.868.946
Valor Adicionado Bruto	**74.045.219**	**69.552.690**
Retenções	**1.027.191**	**997.185**
Depreciação	1.027.191	997.185
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	**73.018.028**	**68.555.505**
Valor Adicionado Recebido em Transferência	**712.604**	**216.744**
Receitas financeiras	712.604	216.744
Valor Adicionado Total a Distribuir	**73.730.632**	**68.772.249**
Distribuição do Valor Adicionado	**73.730.632**	**68.772.249**
Pessoal e encargos	80.430.522	70.271.329
Impostos, taxas e contribuições	5.207	14.141
Despesas financeiras, juros, aluguéis	275.671	562.039
Déficit do exercício	(6.980.768)	(2.075.260)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - Metodo Indireto - Em reais

Atividades Operacionais	**2016**	**2015**
Déficit do exercício	**(6.980.768)**	**(2.075.260)**
Ajustes para conciliar o resultado para fluxo de caixa	**2.281.348**	**1.611.285**
Depreciações e amortizações	1.027.191	997.185
Contingências	1.254.157	614.100
Variações no ativo e passivo circulante	**3.190.867**	**2.497.055**
Adiantamentos	(8.129)	47.580
Estoques	100.630	(92.082)
Contas a Receber	1.043	(40.244)
Despesas antecipadas	374	(10.582)
Despositos judiciais	(87.709)	-
Impostos a restituir	(188.043)	-
Fornecedores	1.183.806	(127.575)
Obrigações trabalhistas	89.844	500.610
Obrigações sociais	149.459	757.755
Obrigações tributários	345.043	51.493
Verbas e subvenções	(233.287)	(188.842)
Férias e encargos	884.041	895.656
Contas a pagar serviços de terceiros	953.795	554.085
Outras contas a pagar	-	149.201
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**(1.508.553)**	**2.033.080**
Atividades de Investimento		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(606.476)	(814.867)
Baixas de bens no imobilizado	410.171	365.273
Aplicações no realizável a longo prazo	-	(652.181)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(196.305)**	**(1.101.775)**
Atividades de Financiamento		
Aumento/Diminuição do exigível a longo prazo	-	488.900
Caixa Líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**-**	**488.900**
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(1.704.858)**	**1.420.205**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.205.367	785.162
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	500.509	2.205.367
Variação de caixa e equivalente de caixa	**(1.704.858)**	**1.420.205**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

Descrição	**2016**	**2015**
Ordenados e salários	69.689.903	61.882.727
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%
Subtotal	**19.373.793**	**17.203.397**
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	1.441.630	816.325
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%
Subtotal	**288.326**	**163.265**
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	**19.662.119**	**17.366.662**

(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes (SAT/RAT) 2%. **12. Patrimônio Líquido:** Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dosSuperávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Em 2016 o valor do passivo a descoberto apresentado é de (R$ 18.189.705), e déficit de R$ (6.980.768). Em 2015 o passivo descoberto era de (R$ 11.208.937). Em 16 de dezembro de 2016 foi assinado um novo contrato de gestão com vigência para os próximos 5 (cinco) anos. **13. Verbas recebidas: (a) Verbas Contrato de Gestão:** As verbas em 2016 foram liberadas face ao termo aditivo de reti-ratificação ao contrato de gestão, através do processo nº 001.0500/000136/2015 (Processo de origem n.º 001.0500.000068/2011), e demais termos aditivos conforme abaixo discriminado:

Verba	**2016**
Termo aditivo n.º 01/16	116.280.000
Termo aditivo n.º 02/16	(89.245)
Total	**116.190.755**

(b) Verbas recebidas para investimentos: As verbas para investimentos recebidas em 2.016 foram no montante de R$ 160.060 e diretamente classificadas no passivo, vide nota explicativa n.º 12, de acordo com a Resolução CFC Nº. 1.143/08, que aprovou a NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais (CPC 07).

Verba	**2016**
Termo aditivo nº 03/16	160.060
Total	**160.060**

14. Custo X Serviços Prestados (Não auditado): Em atendimentos a Resolução do Conselho Federal de contabilidade 1409/02 que aprovou a ITG 2002 item 27 letra 'n' a qual revogou a Resolução CFC nº 877 NBTC 10.19 demonstramos abaixo a comparação financeira referente aos serviços prestados ao SUS, compreendendo as receitas, os custos dos serviços e as isenções usufruídas.

continua

continuação

Apuração Financeira SUS - Exercício 2016

SUS	Valor em Reais
Total dos Custos	121.770.584
Total das Receitas	16.683.184
Resultado	**(105.087.400)**
Percentual – Déficit	**86,30%**
Isenções Impostos	
Isenções INSS Hospital	19.662.119
Isenções COFINS Hospital	500.496
Total das Isenções	**20.162.615**
Resultado com Isenções	
Resultado SUS	**(105.087.400)**
Resultado Isenções Geral	**20.162.615**
Resultado com Isenções	**(84.924.785)**

15. Doações Recebidas: As seguintes doações foram recebidas durante nos respectivos exercícios:

Descrição	2016	2015
Doações de materiais e medicamentos	861	6.999
Total	**861**	**6.999**

16. Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas: Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado de 2016 e de 2015, estão demonstrados abaixo:

Descrição	2016	2015
Despesa financeira		
Juros e multas	(16.198)	(19.099)
Despesas bancárias	(3.252)	(11.779)
Subtotal	**(19.450)**	**(30.878)**
Receita financeira		
Rendimentos aplicações	549.986	159.678
Juros ativos	983	26.685
Descontos obtidos	161.634	49.480
Subtotal	**712.603**	**235.843**
Total	**693.153**	**204.965**

17. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 16 de dezembro de 1.999, processo n.º 001.0001.002.426/99, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Regional Santa Marcelina de Itaquaquecetuba, conforme abaixo.

Descrição	2016	2015
Isenção da cota patronal	19.662.119	17.366.662
Termos de permissão de uso	7.236.411	7.236.411
Subtotal	**26.898.530**	**24.603.073**

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **18. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Seguradora	Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000,00	16/07/2017
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000,00	20/10/2017
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000,00	25/09/2017
Porto Seguro	Seguro de Equipamentos Médicos	49.100,00	26/08/2017

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina de Itaquaquecetuba referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente á aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembléia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2017. Irmã Élzina Cássia Vasconcelos de Souza; Irmã Monique Marie Marthe Bourget; Irmã Marinêz Rossato.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba - Itaquaquecetuba - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Continuidade:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 12, a Entidade apresentou passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quando o seu passivo total excedia o seu ativo total em R$ 18.189.705. E de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" de Itaquaquecetuba são providos, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a Entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** *Demonstrações do valor adicionado:* Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de janeiro de 2017. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S -** CRC-2SP 15.753/O-0; **José Luiz de Faria -** Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Autoridade Certificadora Imprensa Oficial informa

Novas cadeias de certificação digital

Estão disponíveis para serem instaladas as novas cadeias de certificação digital da Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP RFB G4 e Autoridade Certificadora Imprensa Oficial SP G4.

Informamos que os certificados emitidos a partir de 23 de fevereiro de 2015 serão reconhecidos por estas cadeias.

A ação é necessária porque a Autoridade Certificadora Imprensa Oficial está mudando a sua plataforma tecnológica. Mais eficiência, agilidade, segurança e qualidade na prestação de serviços serão os benefícios obtidos com a mudança.

As novas cadeias de certificação digital estão disponíveis no site da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br), no item Certificação Digital | Suporte.

Mais informações:

SAC: **0800 01234 01** ou no site da Imprensa Oficial (**www.imprensaoficial.com.br**) no link Fale Conosco

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO